

LAUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

OBJETO

O presente Laudo de Impacto Ambiental tem por objetivo avaliar os potenciais impactos ambientais decorrentes da implantação da rede interceptora de esgoto na Travessia Mata Grande, no município de Sete Lagoas/MG, contemplando a execução das obras necessárias à interligação do sistema de esgotamento sanitário existente, incluindo fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e demais insumos, conforme projetos executivos, planilhas orçamentárias, memórias de cálculo e especificações técnicas.

A intervenção tem como finalidade promover a adequada condução dos efluentes sanitários gerados na área atendida, garantindo sua interligação ao sistema existente e posterior encaminhamento à Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Matadouro, contribuindo para a melhoria da eficiência do sistema de esgotamento sanitário, redução de lançamentos inadequados e mitigação de impactos ambientais sobre o solo e os recursos hídricos.

O presente estudo visa ainda identificar, analisar e propor medidas mitigadoras e de controle ambiental relacionadas aos impactos sobre os meios físico e biótico, decorrentes das atividades de implantação da rede interceptora, incluindo escavações, movimentação de terra, implantação de tubulações, instalação de poços de visita e execução da travessia, conforme diretrizes técnicas adotadas no projeto executivo do sistema de esgotamento sanitário do Mata Grande .

Destaca-se que, conforme definição técnica do projeto, a solução adotada para a travessia consiste em estrutura aérea com suporte em treliça metálica, alternativa que apresenta maior viabilidade técnica e menor interferência ambiental

direta sobre o terreno e eventuais corpos d'água, quando comparada a soluções enterradas .

A execução da intervenção mostra-se tecnicamente viável e ambientalmente necessária, considerando a importância da ampliação e adequação do sistema de esgotamento sanitário municipal, contribuindo para a melhoria das condições sanitárias, proteção dos recursos hídricos e qualidade ambiental da área de influência do empreendimento.

LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A intervenção será executada em área denominada Fazenda Mata Grande, situada na divisa com o Bairro Vitória da União, no município de Sete Lagoas/MG. O acesso à área de obra ocorrerá pela Rua Catalão, com entrada operacional por meio da Mineração Paraopeba, tendo em vista que o interceptor existente, proveniente do Bairro Mata Grande, atravessa a área da referida empresa.

A partir desse ponto, o traçado se desenvolve até alcançar a faixa de Área de Preservação Permanente (APP) associada ao Córrego do Macuco, abrangendo ambos os lados da margem hídrica, onde foi recentemente implantado o sistema interceptor do Bairro Vitória da União. Nesse local encontra-se o ponto receptor destinado à conexão da travessia projetada, garantindo a adequada condução e continuidade do escoamento dos efluentes sanitários.

Destaca-se que a solução adotada contempla a implantação de trecho interceptador e execução de travessia aérea, conforme definido em projeto executivo, permitindo a transposição do curso hídrico com menor interferência direta no leito e nas margens, reduzindo impactos ambientais sobre a APP.

A área de intervenção está inserida também em faixa de APP, apresentando cobertura vegetal composta por vegetação rasteira, arbustiva e trechos em regeneração natural, além de áreas já alteradas por usos antrópicos adjacentes.

O ponto central da travessia está localizado nas seguintes coordenadas geográficas:

- Latitude: 19°29'16.81" S
- Longitude: 44°15'3.09" O.

Figura 1 – Localização da área de intervenção e traçado do sistema de esgotamento sanitário – Travessia Mata Grande, Sete Lagoas/MG.



ENQUADRAMENTO AMBIENTAL

Nos termos da Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017, as atividades e empreendimentos relacionados ao saneamento básico são enquadrados para fins de

licenciamento ambiental conforme seu potencial poluidor/degradador e porte, sendo estes definidos, entre outros critérios, em função da vazão de operação do sistema.

Para a intervenção em análise, referente à implantação de rede interceptora de esgotamento sanitário, com vazão máxima de projeto de 28,50 L/s, conforme parâmetros técnicos adotados no projeto executivo, verifica-se que a atividade apresenta baixo potencial poluidor/degradador, sendo, portanto, dispensada de licenciamento ambiental, conforme enquadramento aplicável à tipologia e porte do empreendimento.

Figura 2 – Estruturas de saneamento voltadas a esgotamento sanitário que precisam de licenciamento.

E-03-05-0 Interceptores, Emissários, Elevatórias e Reversão de Esgoto
Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: P Geral: P
Porte:
100 l/s < Vazão Máxima Prevista < 250 l/s : Pequeno
250 l/s ≤ Vazão Máxima Prevista ≤ 500 l/s : Médio
Vazão Máxima Prevista > 500 l/s : Grande

E-03-06-9 Estação de tratamento de esgoto sanitário [5]
Pot. Poluidor/Degradador:
Ar: M Água: M Solo: M Geral: M
Porte:
0,5 l/s < Vazão Média Prevista < 50 l/s : Pequeno
50 l/s ≤ Vazão Média Prevista ≤ 100 l/s : Médio
Vazão Média Prevista > 100 l/s : Grande

Adicionalmente, destaca-se que a presente intervenção está inserida em Área de Preservação Permanente (APP), sendo caracterizada como obra de utilidade pública, nos termos da Lei Estadual nº 20.922/2013, que define como tal as obras de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de saneamento. Tal enquadramento é reforçado pela Lei Federal nº 11.445/2007, que estabelece o saneamento básico como conjunto de serviços públicos essenciais, incluindo o esgotamento sanitário, evidenciando o caráter de interesse público da intervenção.

Dessa forma, nos termos do artigo 12 da Lei Estadual nº 20.922/2013, a intervenção em APP para implantação do sistema de esgotamento sanitário é passível de autorização pelo órgão ambiental competente, desde que devidamente justificada e instruída.

No que se refere especificamente à travessia de curso d'água associada ao empreendimento, conforme disposto na Portaria IGAM nº 48/2019 e demais normativas aplicáveis, as travessias de dutos sobre ou sob corpos hídricos são consideradas intervenções dispensadas de outorga de direito de uso de recursos hídricos, desde que não promovam alteração no regime de escoamento ou redução da capacidade hidráulica do curso d'água.

Entretanto, ressalta-se que tais intervenções permanecem sujeitas a cadastramento junto ao IGAM, bem como ao atendimento das demais exigências ambientais aplicáveis, especialmente no que se refere à intervenção em APP.

Diante do exposto, conclui-se que a intervenção proposta apresenta baixo impacto no que se refere aos recursos hídricos, não implicando em alteração significativa do regime hidráulico do curso d'água, sendo, portanto, dispensada de outorga de direito de uso de recursos hídricos.

Contudo, destaca-se que a intervenção não é isenta de controle ambiental, permanecendo sujeita ao devido cadastramento junto ao órgão gestor de recursos hídricos (IGAM), bem como à obtenção das autorizações ambientais pertinentes para intervenção em APP.

Por fim, reforça-se que o empreendimento se caracteriza como obra de utilidade pública, sendo passível de autorização ambiental, desde que atendidas as exigências legais e técnicas aplicáveis, incluindo a adoção de medidas mitigadoras e de controle ambiental durante sua implantação.

IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

No que se refere à supressão de vegetação, poderá haver necessidade de remoção pontual de indivíduos arbóreos, arbustivos ou vegetação rasteira,



especialmente em trechos inseridos em Área de Preservação Permanente (APP) ou em locais onde a faixa de implantação interfira diretamente com a cobertura vegetal existente. Trata-se de impacto localizado, restrito à faixa de obra, sem comprometimento significativo da função ecológica da área, desde que observadas as devidas medidas de controle.

A movimentação de terra, inerente às atividades de escavação, abertura de valas, implantação de tubulações e reaterro, poderá ocasionar exposição do solo, aumento da suscetibilidade à erosão e carreamento de sedimentos para o curso d'água adjacente, caso não sejam adotadas medidas adequadas de controle.

Durante a execução das obras, haverá ainda emissão de ruídos e vibrações, decorrentes da operação de máquinas e equipamentos, com caráter temporário e restrito ao período diurno, podendo ocasionar incômodos pontuais à vizinhança e à fauna local.

Adicionalmente, a obra implicará na geração de resíduos sólidos, incluindo resíduos da construção civil, solo excedente proveniente das escavações, materiais inservíveis e eventuais resíduos orgânicos decorrentes da limpeza da área. Caso não manejados adequadamente, tais resíduos podem gerar impactos ambientais, como contaminação do solo e poluição visual.

Diante dos impactos identificados, deverão ser adotadas as seguintes medidas mitigadoras e de controle ambiental:

A supressão de vegetação deverá ser previamente avaliada e restrita ao mínimo indispensável à implantação da obra, com delimitação prévia da área de intervenção. Considerando a possibilidade de intervenção em Área de Preservação Permanente (APP), caberá ao SAAE a formalização do pedido de autorização ambiental junto ao órgão competente, sendo expressamente vedado o início de qualquer atividade de supressão vegetal ou intervenção em APP antes da emissão da respectiva autorização ambiental.

Para as atividades de movimentação de terra, deverão ser adotadas medidas de controle de processos erosivos, tais como execução adequada de

reaterros, compactação do solo, implantação de dispositivos provisórios de drenagem, proteção de taludes e, quando necessário, utilização de barreiras de contenção de sedimentos, de forma a evitar o carreamento de material particulado para o curso d'água.

As áreas diretamente afetadas pela obra deverão ser objeto de recuperação ambiental, incluindo regularização do terreno, recomposição da camada superficial do solo e, sempre que aplicável, revegetação com espécies adequadas, priorizando-se a utilização de espécies nativas.

As emissões de ruídos deverão ser minimizadas por meio da manutenção adequada dos equipamentos, planejamento das atividades e restrição das operações aos horários permitidos pela legislação municipal vigente, de modo a reduzir possíveis incômodos à população do entorno.

Quanto à gestão de resíduos, deverá ser implementado o adequado gerenciamento dos materiais gerados, com segregação, acondicionamento e destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação vigente, especialmente no que se refere aos resíduos da construção civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises realizadas, conclui-se que a implantação da rede interceptora de esgotamento sanitário e travessia Mata Grande apresenta impactos ambientais localizados, temporários e de baixa magnitude, restritos, em sua maioria, à fase de implantação das obras, especialmente no que se refere à movimentação de terra, supressão pontual de vegetação, geração de resíduos e emissão de ruídos.

Os impactos identificados incidem predominantemente sobre o meio físico e biótico de forma controlável e mitigável, não sendo observados efeitos significativos ou irreversíveis sobre a dinâmica ambiental da área, desde que sejam rigorosamente adotadas as medidas mitigadoras e de controle propostas, especialmente no que se refere à proteção do solo, controle de processos erosivos, gestão adequada de

resíduos, recomposição das áreas afetadas e restrição das intervenções à faixa estritamente necessária à obra.

No que tange aos recursos hídricos, a intervenção, incluindo a travessia do curso d'água, foi concebida de forma a minimizar interferências no regime de escoamento, não implicando em alteração das condições hidráulicas locais, sendo caracterizada como intervenção de baixo impacto sob a ótica hídrica.

Destaca-se ainda que o empreendimento se enquadra como obra de utilidade pública, nos termos da legislação vigente, sendo passível de autorização para intervenção em Área de Preservação Permanente (APP).

Adicionalmente, ressalta-se o ganho ambiental associado à implantação do empreendimento, uma vez que a intervenção contribuirá diretamente para a eliminação de passivos ambientais relacionados ao lançamento inadequado ou ineficiente de efluentes sanitários na área de influência. A adequada interligação do sistema interceptor promoverá o encaminhamento correto dos efluentes à Estação de Tratamento de Esgoto, reduzindo potenciais fontes de contaminação do solo e dos recursos hídricos, especialmente no entorno do Córrego do Macuco.

Nesse contexto, a obra não apenas apresenta impactos negativos a serem mitigados, como também resulta em benefício ambiental líquido positivo, ao substituir uma condição potencialmente degradadora por uma solução técnica estruturada e ambientalmente adequada, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental, sanitária e das condições de salubridade da população atendida.

Sete Lagoas, 22 de abril de 2026.

Nuna Gabriela P. Oliveira Cardoso

Setor de Engenharia

